

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TERMO DE USO - SOFTWARE DE CADASTRO DE CHAPAS ELEITORAIS OAB/SP

Este Termo de Uso ("Termo") rege o uso do software de cadastro de chapas eleitorais da OAB/SP ("Software"). Ao acessar ou utilizar o Software, você ("Usuário") concorda em cumprir integralmente este Termo.

1. Introdução

A presente Política de Privacidade tem como objetivo demonstrar o compromisso da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo (OAB-SP) e da Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo (CAASP) com a privacidade e a proteção dos dados pessoais coletados dos usuários do programa de registro de candidaturas das eleições da OAB São Paulo e suas Subseções, previstas para novembro de 2024. O sistema funcionará via navegador e aplicativo, além de contar com APIs que se conectam à nossa intranet para consultar dados dos candidatos.

2. Descrição do Software

O Software tem como finalidade facilitar o cadastro de chapas eleitorais para as eleições da OAB/SP. O Usuário poderá inserir os dados das chapas e dos candidatos, e o Software realizará uma análise automatizada para verificar pendências e elegibilidade, de acordo com os critérios estabelecidos pela OAB/SP. O Software também enviará notificações sobre o status das candidaturas e das eleições.

3. Aceitação do Termo

Ao utilizar o Software, o Usuário declara ter lido, compreendido e aceito todos os termos e condições deste Termo. Caso não concorde com algum dos termos, o Usuário não deverá utilizar o Software.

4. Cadastro e Acesso

4.1. Para utilizar o Software, o Usuário deverá realizar um cadastro, fornecendo informações verdadeiras, completas e atualizadas.

4.2. O Usuário é responsável pela confidencialidade de sua senha e login, sendo o único responsável por todas as atividades realizadas em sua conta.

4.3. A OAB/SP reserva-se o direito de suspender ou cancelar o acesso do Usuário ao Software, em caso de violação deste Termo ou de suspeita de uso indevido.

5. Coleta de Dados

Serão coletados os seguintes dados pessoais dos candidatos:

- Nome completo
- Gênero - autoidentificação
- Raça - autoidentificação
- E-mail
- Telefone
- Situação cadastral (ativo/inativo)
- Situação financeira
- Questões éticas
- Outros dados pertinentes ao processo eleitoral

Os dados são coletados através do uso do sistema via navegador e aplicativo, bem como por meio das APIs conectadas à nossa intranet.

6. Uso dos Dados

Os dados pessoais coletados serão utilizados para as seguintes finalidades:

- Verificação da elegibilidade dos candidatos
- Comunicação com os candidatos sobre o processo eleitoral
- Atualização da situação cadastral, financeira e ética dos candidatos
- Outras finalidades relacionadas ao processo eleitoral

7. Compartilhamento de Dados

Os dados pessoais poderão ser compartilhados com:

- CAASP, para fins de verificação e assistência aos candidatos
- Terceiros autorizados, contratados para auxiliar no processo eleitoral
- Autoridades competentes, conforme exigido por lei ou regulamentação

8. Segurança dos Dados

Adotamos medidas de segurança técnicas e organizacionais adequadas para proteger os dados pessoais contra acesso não autorizado, perda, alteração, divulgação ou destruição. Essas medidas incluem, mas não se limitam a:

Criptografia: Utilização de criptografia para proteger os dados durante a transmissão e armazenamento, garantindo que apenas partes autorizadas possam acessar e ler essas informações.

Controle de Acesso: Implementação de controles de acesso restritos, garantindo que apenas pessoal autorizado e treinado tenha acesso aos dados pessoais, com políticas de autenticação forte.

Auditoria e Monitoramento: Realização de auditorias regulares e monitoramento contínuo dos sistemas para detectar e prevenir incidentes de segurança, com mecanismos de resposta rápida em caso de violações.

Treinamento e Conscientização: Programas de treinamento contínuos para funcionários, focados em boas práticas de segurança e privacidade de dados, para garantir que todos estejam cientes e comprometidos com a proteção das informações.

Política de Senhas: Implementação de políticas rigorosas de senhas, incluindo requisitos de complexidade e mudanças periódicas, para garantir que acessos sejam realizados de forma segura.

Gestão de Riscos: Avaliação contínua dos riscos associados ao tratamento de dados, com a implementação de medidas proativas para mitigar possíveis ameaças.

Resolução de Incidentes: Estabelecimento de procedimentos claros para a identificação e resolução de incidentes de segurança, incluindo notificação aos usuários em caso de violações que possam afetar seus dados pessoais.

Servidores com Alta Disponibilidade: Utilização de servidores com um Acordo de Nível de Serviço (SLA) de 99.9%, garantindo alta

disponibilidade e minimizando o risco de interrupções nos serviços prestados, o que contribui para a segurança e confiabilidade do sistema.

9. Direitos dos Titulares dos Dados

De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), os titulares dos dados têm os seguintes direitos:

- Acesso aos seus próprios dados pessoais: Direito de obter confirmação sobre a existência de tratamento de seus dados pessoais.
- Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados: Direito de solicitar a correção dos dados.
- Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD: Direito de solicitar essas medidas.
- Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto: Direito de solicitar a portabilidade dos dados, caso aplicável.
- Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular: Direito de solicitar a eliminação dos dados.
- Informação sobre as entidades com as quais os dados foram compartilhados: Direito de ser informado sobre o compartilhamento dos dados.
- Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa: Direito de ser informado sobre as implicações da negativa de consentimento.
- Revogação do consentimento: Direito de revogar o consentimento a qualquer momento, nos casos cujo tratamento seja fundamentado nessa base legal.

Para exercer seus direitos, o titular dos dados deve entrar em contato através do site da OAB SP na página Proteção de Dados e/ou no link https://titular.oabsp.org.br/titular_oabsp.

10. Retenção de Dados

Os dados pessoais serão mantidos pelo período necessário para cumprir as finalidades descritas nesta política, respeitando os prazos legais aplicáveis.

Após esse período, os dados serão devidamente descartados, conforme previsto na LGPD e nas normas internas da OAB-SP.

11. Normas Internas de Proteção de Dados da OAB-SP

Esta Política de Privacidade está em conformidade com as seguintes normas internas da OAB-SP:

- Resolução Conjunta nº 03/2022, que institui a Política Geral de Proteção de Dados Pessoais no âmbito da OAB-SP e da CAASP.
- Código de Conduta e Ética da OAB-SP: Estabelece diretrizes sobre a conduta ética e o tratamento de dados pessoais.
- Política de Segurança da Informação da OAB-SP: Define as medidas de segurança e diretrizes para a proteção das informações.

12. Utilização do Software

12.1. O Usuário compromete-se a utilizar o Software apenas para os fins a que se destina, quais sejam, o cadastro de chapas eleitorais para as eleições da OAB/SP.

12.2. O Usuário é responsável por garantir que os dados fornecidos ao Software sejam verdadeiros, completos e atualizados.

12.3. O Usuário não poderá utilizar o Software para fins ilegais, imorais ou que violem direitos de terceiros.

12.4. A OAB/SP se reserva o direito de realizar auditorias periódicas no uso do Software pelos Usuários para garantir a conformidade com este Termo. O não cumprimento das normas estabelecidas poderá resultar em suspensão imediata do acesso ao Software.

12.5. O Usuário se compromete a notificar imediatamente a OAB/SP sobre qualquer suspeita de violação de segurança ou acesso não autorizado aos dados do Software. O Usuário será responsável por quaisquer danos resultantes de omissão ou atraso nessa comunicação.

13. Análise Automatizada e Notificações

13.1. O Software realizará uma análise automatizada dos dados fornecidos pelo Usuário, com base nos critérios estabelecidos pela OAB/SP, para verificar pendências e elegibilidade das candidaturas.

13.2. O Software enviará notificações ao Usuário sobre o status das candidaturas e das eleições.

13.3. A OAB/SP não se responsabiliza por eventuais erros ou falhas na análise automatizada realizada pelo Software.

14. Propriedade Intelectual

14.1. O Software e todos os seus componentes, incluindo código-fonte, design, textos, imagens e logotipos, são de propriedade exclusiva da OAB/SP, e estão protegidos pelas leis de propriedade intelectual. 14.2. O Usuário não adquire nenhum direito de propriedade sobre o Software, exceto pela licença limitada de uso concedida por este Termo.

15. Responsabilidades

15.1. A OAB/SP não se responsabiliza por eventuais danos ou prejuízos decorrentes do uso do Software, incluindo, mas não se limitando, a perda de dados, interrupção do serviço e falhas na análise automatizada.

15.2. O Usuário é o único responsável pelas informações fornecidas ao Software e pelas consequências de seu uso.

15.3. A OAB/SP não será responsabilizada por quaisquer danos indiretos, incidentais, especiais, punitivos ou consequenciais decorrentes do uso ou da impossibilidade de uso do Software, incluindo, mas não se limitando a, perda de receitas, dados, lucros ou oportunidades, independentemente de a OAB/SP ter sido avisada da possibilidade desses danos.

15.4. O Software é fornecido 'no estado em que se encontra' e 'conforme disponível', sem quaisquer garantias de qualquer tipo, expressas ou implícitas, incluindo garantias de adequação para um propósito específico, precisão ou não violação. A OABSP não garante que o Software estará disponível de forma ininterrupta ou livre de erros.

15.5. O Usuário concorda em indenizar, defender e isentar a OABSP, seus diretores, funcionários e representantes de todas e quaisquer reivindicações, responsabilidades, danos, perdas ou despesas (incluindo honorários advocatícios) resultantes do uso indevido do Software, violação deste Termo ou de quaisquer direitos de terceiros.

16. Alterações na Política de Privacidade

Esta Política de Privacidade poderá ser alterada a qualquer momento, sendo que as alterações serão comunicadas aos usuários através do sistema e/ou e-mail e/ou website. A data da última atualização estará sempre indicada no início do documento.

17. Legislação Aplicável e Foro

Esta Política de Privacidade é regida pela legislação brasileira, em especial pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e pelas normas da OAB-SP de proteção de dados. Qualquer controvérsia decorrente desta Política será resolvida pelo Comitê de Governança de Dados e Segurança da Informação da OAB-SP, sendo competente o foro da comarca de São Paulo/SP.

18. Disposições Gerais

18.1. A OAB/SP reserva-se o direito de modificar este Termo a qualquer momento, mediante aviso prévio ao Usuário.

18.2. Este Termo constitui o acordo integral entre as partes, prevalecendo sobre qualquer outro acordo anterior, verbal ou escrito.

18.3. Caso alguma disposição deste Termo seja considerada inválida ou inexecutável, as demais disposições permanecerão em pleno vigor e efeito.

18.4. Este Termo será regido e interpretado de acordo com as leis brasileiras.

18.5. A OAB/SP não será considerada em violação deste Termo ou responsável por falhas na prestação do serviço devido a eventos fora de seu controle razoável, incluindo, mas não se limitando a, atos de Deus, guerras, epidemias, desastres naturais, falhas de energia ou ataques cibernéticos.

19. Contato

Em caso de dúvidas ou solicitações, o Usuário poderá entrar em contato com a OAB/SP através do Portal do Titular https://titular.oabsp.org.br/titular_oabsp.